

Adolescência, sexo e afetividade: rupturas e conseqüências

DANIELE SCHNEIDER

Promotora de Justiça e Especialista em Direito da
Criança e do Adolescente

Sumário: Introdução; Adolescência: afetividade e sexualidade; Comportamentos de risco na adolescência; Considerações finais; Bibliografia.

*A coisa mais certa deste mundo é que o afeto,
somente, torna o homem necessário.*

Goethe

INTRODUÇÃO

Os direitos da criança e do adolescente, propalados internacionalmente desde 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, seguidos por outros documentos internacionais como as Regras de Beijing (1985), foram material e formalmente introduzidos no Brasil com a garantia insculpida no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e reforçados pela Convenção do Direitos da Criança (1989) e as Diretrizes de Riad (1990).

Para assegurar a efetividade dessa nova doutrina – da proteção integral – adveio o Estatuto da Criança e do Adolescente, que chama à responsabilidade não só àqueles que têm diretamente o dever funcional no trato com a infância e juventude, como também o compromisso de toda a sociedade – artigo 4º – visto que crianças e adolescentes possuem a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, sendo esta a nota distintiva desses indivíduos.

Entretanto, não se verifica, modo geral, contribuição positiva das pessoas para melhor formação cidadã das crianças e dos adolescentes brasilei-

ros, respeitante especificamente àqueles que apresentam condutas desviantes. Há, no senso comum, a impregnada e errônea idéia de impor-se a diminuição da imputabilidade penal, para que os adolescentes em conflito com a lei e com os postulados sociais adentrem para o falido sistema penal, como se essa fosse a solução mágica para obstar as ações infracionais desses jovens, num modelo repetitivo de falácias e mitos não-científicos.

Ao contrário de tais proposições, que não demonstram diminuir os números do problema relacionado com condutas anti-sociais dos jovens, há que se buscar, do outro lado dessa corrente, o elo que possa impedir o avanço desses comportamentos, porque, segundo Bobbio,

descendo do plano ideal ao plano real, uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva. Sobre isso, é oportuna ainda a seguinte consideração: à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil. (1992: 63)

Árduo e pedregoso será o trilhar desse caminho, mas é preciso que se plante o embrião, analisando-se as diversas causas que compõem o agir dos adolescentes, para que, a partir dessa compreensão, possamos conjugar esforços que frutifiquem na atuação preventiva, e não só a atuação *ex-post-factum*, como vem ocorrendo.

Para tanto, é necessário, na sábia visão interdisciplinar do Estatuto da Criança e do Adolescente, congregar elementos de outras áreas do conhecimento, estudando a conduta de adolescentes de modo não isolado e procurando, a partir daí, formas de prevenção das ações anti-sociais, como alicerce positivo e verdadeiramente construtor de um cidadão, obstando o aumento da delinqüência juvenil.

Com efeito, o aumento das condutas de risco vem produzindo uma juventude violenta, em razão disso, a problemática do comportamento da adolescência vem sendo objeto de estudo intensificado no meio científico, como se pode observar dos trabalhos realizados por Trindade (2000), Erikson (1976) e Zagury (2000).

Por trás dessa violência desenfreada não estão somente as estabelecidas subculturas e dificuldades socioeconômicas, fruto da ignorância e falta de políticas nacionais, mas também as relações imateriais que os adolescentes construíram até esse momento da vida. Nelas incluímos as relações afetivas que são erigidas, primeiramente no seio familiar, qualquer que seja ele, posteriormente, alastrando-se para os demais relacionamentos na vida em comunidade.

A visão sobre o adolescer não pode permanecer compartimentalizada, em uma ótica caolha que encerra somente uma mera transição etária, posto que “o ser humano habita significações feitas a partir de sua interação e comunhão com o real circundante”, Boff (2001: 126). Nossos olhos devem

postar-se no ampliado horizonte interdisciplinar. Há que se investigar as causas, as origens das atitudes aparentemente incompreensíveis e desarrazoadas dos adolescentes, a fim de que possamos deter suficiente conhecimento para realização de concretas ações com vistas a alcançar alternativas preventivas, quer no seio familiar, no grupo de amigos, na escola ou na comunidade.

A preocupação com a elevação dos índices estatísticos de violência, somada à marginalização de crianças e adolescentes, tem sido alvo de pesquisa e debate entre todos que se envolvem, de uma forma ou de outra, com a problemática, a fim de preservá-los e prevenir os fatores de risco nessa fase da vida. As causas e conseqüências têm sido amplamente estudadas. No entanto, necessário é o enfoque sobre a influência das relações afetivas como fator desencadeante de condutas de risco e anti-sociais na adolescência.

Para investigar se a inexistência ou superficialidade de afeto na sexualidade dos adolescentes pode causar situações de risco, foram pesquisados dois grupos de adolescentes da Cidade de Porto Alegre, totalizando 81 jovens, sendo 43 do sexo masculino e 38 do sexo feminino, divididos em dois grupos: o primeiro constituído por estudantes de escola pública estadual, sendo 21 meninos e 17 meninas; o segundo, com internos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASERGS), sendo 22 meninos e 21 meninas, a fim de se propiciar uma comparação em diferentes grupos sociais, mediante aplicação de questionário dirigido.

ADOLESCÊNCIA: AFETIVIDADE E SEXUALIDADE

Descoberta com o surgimento das sociedades modernas – embora os clássicos filósofos gregos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, já tenham enfrentado a questão – a adolescência configura tema de inquietude e reflexão no meio científico. Conceituada como forma de passagem entre a infância e a idade adulta, encerra em si o processo dinâmico e evolutivo mais complexo na vida do ser humano, cujos limites cronológicos também são fixados por necessidade pragmática, pois variam de acordo com a realidade sociocultural em que vivem. Constitui uma fase particularmente desafiadora porque congrega mudanças físicas, psicológicas, sexuais e cognitivas que complementam o desenvolvimento externo e interno da pessoa. É, portanto, um período, acima de tudo, decisivo e determinante. Na proposição de Carlos Castellar,

também é na adolescência que a capacidade de simbolizar vai ganhar corpo, permitindo o desenvolvimento da intelectualidade e dos afetos. *No entanto, se os seus meios social e familiar forem adversos à realização destes eventos, o jovem terá grandes dificuldades de crescimento, mais que isto, utilizará seus mecanismos de defesa mais primitivos para manter-se infantilizado.* (grifo nosso) (1989: 137)

Dessas transformações, a mais visível ocorre no aspecto físico, com alterações significativas de altura, peso e demais proporções corporais, balizadas pela formação genética e interação ambiental. Desacompanhada da evolução mental, surgem, na concepção ainda infantil, as oscilações da imagem corporal e daí a preocupação narcisista da contemplação do físico somadas às satisfações e insatisfações da aparência que são ditadas por estereótipos idealizados socialmente. Essa transformação física vem acompanhada do desenvolvimento sexual disparado que se dá pela liberação dos hormônios sexuais.

O desenvolvimento sexual talvez seja o traço marcante desse ser que abandona a fase infantil para assumir seu papel na maturação da vida adulta. Nesse perfil, não só a complementação física se transforma como também eclodem os aspectos psicológicos e emocionais ligados ao desenvolvimento sexual. A reedição do complexo edipiano estabelecendo a internalização de todas as restrições impostas ao ego pela influência decisiva dos pais, que resultará, como bem assevera Erikson, "... não só num sentimento moral que limita os horizontes do permissível mas também no estabelecimento de diretrizes no sentido do possível e do tangível, as quais vinculam os sonhos infantis às diversas metas da tecnologia e da cultura" (1976: 121).

Do ponto de vista cognitivo, a fase da adolescência marca o início da formulação do pensamento abstrato, na concepção de Piaget, permitindo a formulação, assimilação e resolução de problemas e imaginação, construindo hipóteses que auxiliarão na complementação da personalidade e busca da identidade pessoal.

No campo psicológico, as oscilações são tão transitórias quanto abruptas, desnudando comportamentos conflitivos e opostos ao mundo adulto. As variações são constantes e extremadas, oscilando descobrimentos, sensações, como depressões, ansiedades, dúvidas e explosões que são refletidas nas condutas sociais, vistos, não raras vezes, como opositores permanentes das regras convencionais, incompreendidos e etiquetados em razão de suas condutas inconseqüentes, contraditórias, movidas puramente pelo instinto, já resumidamente descrito por Aristóteles, que os adolescentes são "apaixonados irascíveis e sujeitos a serem levados por seus impulsos" (Kiell, 2001 em Mussen: 515).

Nessa concepção universal, importante é inserir esse sujeito, dotado de identidade própria e invadido por toda essa onda conflituosa e inédita de sensações, na estrutura social em que vivemos, a fim de que possamos perceber com noção mais exata possível do adolescente atual, pois, na explicação de Morin para a variação dos sentimentos segundo as culturas, embora "as diferenças raciais, étnicas, culturais, não alteraram a unidade afetiva, mas alteraram a compreensão, de uma cultura para outra, de um sorriso ou de um riso" (2002: 60).

Esse jovem, que amanhã será o adulto vivenciador da plena globalização, inserido no contexto moderno, especificamente dentro das grandes cidades de um país de terceiro mundo, convive com o processo de ambigüidade, pois, se de uma face pode ele desfrutar e ter à disposição um mundo tecnológico, célere, com facilidades, de outro lado, está imerso, no contexto nacional, numa sociedade tomada pela violência, isolacionista do ser humano, consumista, que desvaloriza as relações pessoais, sobretudo no campo afetivo. Tudo isso contundentemente influenciado pelos meios de comunicação que dominam a atenção desse público, favorecendo, sobremaneira – e não ingenuamente – para a aceleração e gravidade desse quadro.

Todavia, independente da condição sócio-econômica-cultural, componente indissociável e importante também nessa fase do desenvolvimento humano, principalmente na vida da sociedade antes caracterizada, acredita-se que são as relações afetivas estabelecidas durante o período da infância e adolescência que ditarão o traço diferencial no comportamento desses indivíduos, especificamente quanto às bases em que se formam, pois, segundo Kaplan, “Em qualquer estágio da vida, um indivíduo encontra-se envolvido numa estrutura de relacionamentos e perspectivas que influenciam sua formulação de objetivos e auto-imagem” (1988: 80-81).

A relevância da solidez desses laços afetivos na construção da personalidade humana ou, de outra banda, sua fragilidade ou inexistência, apresenta-se como fator influenciador na conduta do jovem e posteriormente na vida adulta.

O que as relações de afeto podem trazer para a pessoa é bem mais profundo do que segurança, bem-estar e auto-afirmação. Elas são tão importantes quanto os componentes biológicos, sociológicos já apontados pelos cientistas. Morin já afirmou que “... a afetividade intervém no desenvolvimento e nas manifestações de inteligência” (2002: 121). Mas não é só. Morin vai além, ao proclamar que

a evacuação total da afetividade e da subjetividade esvaziaria de nosso intelecto a existência para só deixar lugar a leis, equações, modelos, formas. A eliminação da afetividade tiraria toda a substância de nossa realidade (por isso se poderia pensar que nossa realidade não tem substância e não passa de samsara). (2002: 122)

Determinados e não desconhecidos da ciência, os inúmeros prejuízos manifestados pelas frequentes perturbações afetivas do adulto, na fase juvenil, externam-se na conduta do adolescente, gerando comportamentos anti-sociais, agressivos, depressivos, suicidas, pois segundo o exame de Mosqueira,

a personalidade do adolescente não está ainda fixada nem estruturada. É polimorfa, disponível para múltiplos tipos de desenvolvimento posterior. Seria ingênuo acreditar que o adolescente está desprovido de suas experiências passadas na infância, especialmente as afetivas que o marcaram e deram um cunho e uma dinâmica (1977: 37).

Nessa perspectiva, há que se registrar a importância das diversas relações afetivas vivenciadas na adolescência, oriundas do aprendizado na infância, com as alterações e amadurecimento pessoal, mas internalizadas desde o início da vida no seio familiar e posteriormente estendidas para os demais relacionamentos firmados durante o desenvolvimento.

A socialização primária, nos termos propostos por Berger e Luckmann (1999), como sendo o ingresso da criança no mundo social, do qual torna-se membro, se dá a partir da família como primeiro ente de convivência social e de compartilhamento, servindo de iniciação no convívio em sociedade, escola, clube, amigos, enfim, a relação social que se estende ao longo da vida. As regras de conduta ditadas pelo meio são apreendidas pelo infante e a partir daí conviverá na sociedade. Aqueles que não se moldam a essas regras, porque não as seguem ou porque as contrariam frontalmente, por variados motivos, encontram dificuldades ou são segregados do meio, sofrendo desde então o nominado etiquetamento, cuja teoria prega ser a conduta desviante oriunda de um estigma, segundo Goffman (1999), cunhado pela sociedade sobre determinado grupo social que apresenta potencial desviante. Em verdade, a conduta é carimbada pelo sistema.

De outro lado, a visível dificuldade dessa inserção decorre da fragilidade, da quebra e, por fim, ausência dessas relações (de afeto) ainda no ciclo infantil.

A relação afetiva com a família, enquanto instituição de onde emerge a organização social, revela que os conflitos operados nessa fase são inerentes ao reajustamento dos vínculos, sendo primordial no estabelecimento dos demais relacionamentos. Na explicação de Mosqueira,

é significativa a influência familiar sobre as atitudes e metas dos adolescentes. A família transmite, avalia e interpreta, para a criança, a cultura. Os valores, tanto pessoais como sociais, partem da família, e também as relações interpessoais e sistemas de mando. (1977:40)

O êxito, no que tange à adaptação dessas transições, tanto para os pais quanto para o adolescente, dependerá preponderantemente da comunicação, advinda da base afetiva entre eles estabelecida desde a tenra idade. Com certeza, o nível em que essa comunicação for travada refletirá também como modelo a ser seguido pelo adolescente para projetar sua conduta na sociedade, fora do lar. A partir daí, o jovem estabelecerá as demais relações na comunidade, na escola, no clube, na associação. A via de retorno dessa relação não é inversa, ou seja, há dificuldade também dos pais em compreender e aceitar o processo de amadurecimento e independentização dos filhos.

Como bem salienta Kaplan, “O principal legado da adolescência consiste na transformação das paixões familiares nos sentimentos sublimes que nos ligam à nossa espécie” (1995, em Ferreira: 129).

Se o interesse e as relações familiares são matizados pela ambivalência, “... já que são apanhados entre uma necessidade de liberdade e seus anseios por segurança e afeição que estão deixando para trás”, como observa Lidz (1983: 336), os laços de amizade, nessa época, assumem papel relevante, porque, de regra, os adolescentes buscam apoio e orientação para suas angústias mais profundas, que, não raras vezes, são incompreendidas no seio familiar. As amizades são compartilhamento de experiências, na tentativa de se autoconhecerem através da identificação da fase em que estão vivendo – o agir de acordo com seus pares. Há também a sensação de confiança que a amizade transmite. Necessitam sentir-se iguais aos demais jovens, integrar-se em grupos, identificar-se com os semelhantes, consistindo essa identificação em uma verdadeira relação simbiótica no grupo que adota um padrão de conduta exteriorizada por diversos signos representados pelo vestuário, utilização de gírias, linguagem própria e diversa, utilização de elementos distintivos como tatuagens, adornos no corpo, músicas.

Se a família ou o local onde se dá o crescimento é o primeiro e principal esteio das relações afetivas, pode-se dizer que a escola é a segunda instituição preponderante para a fixação dos afetos, talvez a que genuinamente forme relações voluntárias, considerando que no seio familiar há o vínculo sanguíneo que inexistente na instituição educacional. A escola é o ambiente privilegiado para o desenvolvimento de comportamentos sociais, aprimoramento de valores e atitudes na coletividade, possuindo papel destacado na formação da cidadania.

Assim, porque concorrente do crescimento da criança e do jovem, pois, de regra, acompanha por um longo período a vida desses sujeitos, a escola e seus integrantes são indissociáveis do processo construtivo do cidadão. Aliás, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) apregoa que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (art. 1º).

Portanto, sendo a escola o *locus* onde se deve apreender não só as ciências formais, como também os valores, atitudes e condutas sociais, nela pode-se verificar o nível dessas relações que implicam o desenvolvimento dos adolescentes, registrando que cumpre também a ela a responsabilidade pelo comportamento individual e coletivo dos alunos, merecendo identificação de sua qualidade e programas ou preocupações para com as condutas de risco dos adolescentes. Nesse passo, registra-se a contribuição de Trindade, ao assinalar que “... os vínculos de afeto do adolescente com os pais, professores e amigos, atuam como um forte detentor da delinquência” (2002: 73).

Ao cabo dessa metamorfose, os adolescentes completarão sua identidade, tendo consciência de quem são, estabilizando seus laços afetivos e regendo sua vida adulta. Então, se houver ruptura ou desgaste nesse período, se esses elementos agregadores da formação do caráter da pessoa não forem apreendidos com solidez e estabilidade, o reflexo dar-se-á nas condutas anti-sociais.

Por ser a adolescência determinante para a construção do agir adulto, emerge daí a necessidade de mais atenção e compreensão dessa fase, nomeadamente da existência e qualidade das relações de afeto a que estão sujeitos os adolescentes, pois, como bem consignado por Trindade,

as experiências de privação afetiva são tão significativas no desenvolvimento das crianças, de modo a serem capazes de provocar patologias severas e até mesmo a morte, pois a vinculação afetiva é uma continuidade que, quando falta a criança busca de maneira insaciável e intolerante. (2002, p. 111)

As relações de afetividade íntima, ligadas estreitamente às relações sexuais, geram auto-afirmação. É uma fase incendiária e romântica, de relacionamentos destituídos de profundidade, marcados pela instabilidade emocional que acompanha constantemente a vida dos adolescentes. Percorrem eles, nessas relações, um caminho dirigido à maturidade psicoafetiva e sexual. Conforme preleciona Lidz, “Agora, um apego intenso por uma outra pessoa que combine o afetivo e o erótico pode pela primeira vez substituir o apego intenso a um dos pais ao qual se teve de renunciar...” (1983: 386).

Traço peculiar e indissociável do período adolescente, a sexualidade se revela no aspecto biopsicológico, apresentando-se como terreno fértil, antecedente para o atingimento da maturidade mental, registrando a aptidão à capacidade de reprodução da espécie. Biologicamente o ser está pronto, adulto. Todavia, o desenvolvimento psicológico encontra-se incompleto e segue, com avanços e retrocessos, a maturação biológica, até completar seu ciclo, na ótica Freudiana.

Assim definida por Souza:

num determinado momento, por comando do hipotálamo e da hipófise, na base do cérebro, as glândulas do aparelho reprodutor, entre outras que participam menos intensamente do processo, começam a produzir grandes quantidades de hormônios e sob o efeito desses passa a ocorrer uma série de transformações orgânicas. Há um grande crescimento estatural (período de estirão), surgem os caracteres sexuais secundários; seios, distribuição de pêlos no corpo – pêlos axilares, pêlos pubianos, aspecto dos cabelos e desenvolvimento da barba. Modificaram-se as proporções do corpo, com o aumento da bacia e distribuição da gordura na mulher, e dos ombros e da musculatura no homem. A libido – energia que alimenta a conduta sexual – que na fase anterior estava dirigida à atividade muscular e às especulações intelectuais (no período de latência – dos seis aos dez ou doze anos), é agora dirigida à genitalidade. O interesse heterossexual passa a predominar e, habitualmente, entre as

brincadeiras, carícias e masturbação os adolescentes treinam para o intercuro sexual, amadurecendo em direção da sexualidade adulta. (1989:7-9)

A dificuldade em adaptar-se a essas mutações, somada à perda da infância, implica impor aos adolescentes um obstáculo de aceitação de si mesmos, atingindo diretamente a auto-estima, gerando comportamentos conflituosos, permeados de contradições e carentes no estabelecimento de laços (re)afirmados pelo afeto, a fim de propiciar autoconfiança e segurança ao jovem como indivíduo.

Encerra essa fase um período de perdas e conquistas para os adolescentes. Perda do corpo, da identidade infantil, dos pais daquela criança que ainda existe no seu interior.

Sob o ponto de vista emocional, têm-se relações transitórias e superficiais, embora constitua o momento em que se aprende a construir e solidificar vínculos afetivos.

Não esquecendo que, na fase juvenil, ocorre o que Lidz traduz como a transformação interna, referindo que

o adolescente se sente alheado do eu que a criança conhecia. É um tempo de busca: uma busca interna para se saber quem é; uma procura no exterior a fim de localizar o lugar que se tem na vida; um anseio por outrem a fim de satisfazer os fortes desejos de intimidade e realização. É uma ocasião de despertar turbulento para o amor e para a beleza, mas também de dias escurecidos por solidão e desespero. É um tempo de vagares descuidosos do espírito através dos reinos da fantasia e em busca de visões idealísticas, mas também de desilusão e desgosto com o mundo e o eu. (1983: 312)

COMPORTAMENTOS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA

Segundo Douglas, “diferentes áreas do conhecimento indicam a adolescência como um período de vida que apresenta maior vulnerabilidade ao risco, decorrente do momento intermediário, de mudança, quando a ansiedade ao risco está presente de maneira profunda. O jovem encontra-se muito suscetível, não sabendo direito lidar com seu corpo e com as novas possibilidades que estão aflorando, principalmente no que se refere à sexualidade” (1995, em Jeolás).

Se é verdade que a reflexão sobre o aumento da violência urbana nos remete à análise das condutas anti-sociais, não só dos adolescentes como também das crianças, não menos correto é que essa meditação deva avançar sobre toda a fase da adolescência, incluindo aí suas interfaces, seus múltiplos determinantes psicossociais, bem como identificação desses comportamentos na sociedade moderna, com vistas à prevenção de fatores de risco na fase do desenvolvimento da pessoa, pois segundo Roberto Daunis, “... o risco aparece atualmente como fator comum das biografias juvenis no que diz respeito às perspectivas do futuro na sociedade pós-moderna” (2000: 174).

A natural curiosidade e premência ínsita ao ser humano é, na fase juvenil, muito mais despertada e atrativa. A necessidade de a todo momento serem testados os limites da conduta, do medo, é objeto de fascínio na adolescência, por isso a busca de emoções e situações de risco é tão presente, colocando no adolescente a sensação de onipotência e buscando o sentido da própria existência, afastando a idéia de morte, experimentando paradoxalmente o perigo. Isso porque, nas palavras de Brasil, “A percepção do risco é muito influenciada pela afetividade, gerando sentimentos de incerteza e ansiedade ante ao perigo”. (2000: 468)

A confluência de fatores endógenos e exógenos na atual cultura social de iniciação precoce dos adolescentes na vida sexual, ante a imaturidade e o real conhecimento que possuem sobre o assunto, somando-se ao fato de que o tema ainda é precariamente debatido no meio familiar, escolar e social, colaboram para a exposição a fatores de risco nos diferentes foros acima relacionados. Isso se deve, ainda nos dias de hoje, à carência de uma verdadeira educação sexual, embora, nas palavras de Zagury, “... o papel mais importante dos pais, com relação ao aspecto da sexualidade, situa-se nas áreas afetiva e educacional...” (2000: 193), a fim que possam obter a formação necessária para preservação da saúde. Diante esse evidente descompasso, exsurge a reflexão em torno da precoce iniciação sexual, considerando o desacompanhamento da maturidade psicológica e racional, acarretando outro questionamento que merece profunda análise: como rever ou reverter esse processo.

A presença das drogas, como outro fator de risco na fase adolescente (agravando-se quando ocorre na infância), não pode ser vista como um processo segregado, senão em seus múltiplos fatores sociais que abrangem o problema, como a fome, o desemprego, a evasão escolar, a violência e a miséria que jogam esses jovens na direção da exclusão social. Hoje, esse é um problema da sociedade. A cultura das drogas está disseminada não só em relação à faixa etária que atinge, como também em relação a todos os extratos sociais a que se estende.

O uso ou experimentação das substâncias entorpecentes, quando advindos da mera curiosidade, é fator de risco com grau inferior em relação ao uso recorrente que geralmente está ligado a fatores sentimentais e intrínsecos do adolescente, tais como a depressão, estresse, baixa auto-estima, sentimentos de rejeição, enfim, conflitos e situações de frustração com as quais ele não sabe lidar e conviver. O quadro reflete o despreparo do adolescente frente às situações que implicam em responsabilidades e maturação.

As drogas deixam de ser um fator de risco, passando à condição de elemento determinante na conduta juvenil quando a convivência do indivíduo com ela estabelece uma relação afetiva forte, posto que as substâncias

entorpecentes proporcionam efeitos físicos e psíquicos ainda que por breve tempo. Isso se dá em substituição a um vazio provocado por outro componente nas relações verdadeiramente afetivas do jovem.

Em nível escolar não se pode afirmar que haja uma preparação científica para o trato com a problemática das drogas e da educação sexual, assim como ocorre no âmbito das disciplinas obrigatórias, a despeito de que, de uns tempos para cá, as instituições de ensino se viram obrigadas a inserir em seus currículos a abordagem desses temas.

Não obstante, a realidade nos revela que o estabelecimento de ensino, destinado à formação intelectual e à transmissão dos valores morais, de senso crítico, de exercício da cidadania, vem servindo de palco para o tráfico e o consumo de drogas e violência.

Esses lastimáveis acontecimentos cotidianos são responsáveis pela destruição de qualquer processo educacional, que muitas vezes têm sido apenas objeto de contemplação por parte dos seus responsáveis.

Enquanto instituição oficial, a escola precisa sim assumir parcela maior de responsabilidade no que tange ao tratamento dispensado, sobretudo na forma preventiva, aos problemas de condutas de risco, mediante organização comprometida e científica para o trato sobre o assunto.

A mídia, a seu turno, exerce influência sobre o comportamento ou manifestação dos jovens, principalmente o rádio, a televisão, o cinema e Internet. A constatação diária é a de que a exploração da violência e os meios pelos quais se pode exercê-la, como se fosse um manual, é cotidiana nesses meios de comunicação. Mas não se pode ignorar a outra face dessa moeda, qual seja, a divulgação, ainda que em menor proporção, mas também de forma didática, da ruína que a violência, quase sempre ligada às drogas, causa. A mensagem transmitida pelos meios de comunicação deixou de ser subliminar para se tornar contundente, agressiva e instigadora das condutas de risco. Em menor intensidade do que se propagam as notícias de cunho pedagógico e educativo (v.g., prevenção à AIDS), as informações e modelos de condutas anti-sociais, por diversos modos propalados, são superiormente divulgados.

É de se questionar seriamente a manipulação ética dos meios de comunicação, pois em nome da liberdade de imprensa, a mídia peca pela utilização em grande escala de programas e informações avessos a qualquer conduta ética que modele o comportamento social. Inolvidável a inexistência de neutralidade na emissão das informações, por isso mesmo deve pesar a responsabilidade pautada por compromissos construtivos da sociedade.

Outro enfoque não menos distante do cotidiano é a promiscuidade, imposta nessa fase da vida, geralmente (mas não só) pelas heranças sociais, apresentando-se como contribuidor para as condutas e exposição dos jovens

aos demais fatores de risco. Além disso, esse é também um elemento que, sem dúvida, favorece sobremaneira o deletério das relações afetivas, o que não é consequência e, sim, causa para a destruição do feto, não obstante a situação de carência afetiva que acarreta no ser humano.

Além disso, podemos mencionar, ainda, a associação em grupos, com a constituição de gangues, como forma de representação social, mas também como forma de demonstração de força, violência e dominação perante os demais jovens, bem como a eclosão de movimentos religiosos desvirtuados como fatores de risco na adolescência, vez que “o adolescente é sensível ao meio que frequenta; a fragilidade de seu ego, motivada pelos lutos que é obrigado a elaborar, o torna extremamente vulnerável. O fato de estarem construindo uma identidade os leva a uma busca incessante de figuras de identificação ao mesmo tempo que os torna facilmente convocáveis para movimentos messiânicos de salvação da humanidade” (Castellar, 1989: 136).

Por certo que as ações anti-sociais possuem múltiplas causas, de diversas naturezas, tais como sociológica, psicológica, cultural, biológica, dentre elas o abandono moral, referido por Rizzini (1993), ao colacionar as causas da criminalidade propostas por Evaristo de Moraes, desde 1916, demonstrando que “o abandono moral é a causa primária do crime e a fonte mais fecunda da criminalidade (...) os assassinos precoces, são, na maior parte, moralmente abandonados” (Rizzini, 1993: 5).

Hoje, a violência juvenil, cada vez mais precoce, já se encontra inserida no contexto histórico brasileiro, diferente do que se pregava até pouco tempo, a ocorrência dessas condutas atinge todas as classes econômicas, não se restringindo às camadas mais pobres, daí a dificuldade científica de se desvelar porque esses indivíduos mais privilegiados estão também sujeitos e efetivamente praticam condutas de risco, uma vez que provêm de um tecido estrutural lastreado em melhores situações econômicas e culturais, mediante acesso dos meios que são ceifados à grande parte da população pobre.

Talvez o que tenhamos a descobrir esteja não só ligado a esses meios como também à formação pedagógica, política e, sobretudo, às relações afetivas que se encontram fora do contexto diário dessa modernidade absolutamente tecnológica e virtual, onde as relações são estabelecidas e desfeitas da forma mais fragmentária possível, tornando o homem cada vez mais assemelhado à máquina, despido de valores éticos e morais.

A comparação que pode ser feita com os dados colhidos da pesquisa de campo revela a grande exposição a fatores de risco que são submetidos os adolescentes, que pela prática de condutas anti-sociais, se encontram internados na FASERGS. Vejamos.

Na análise do índice de repetência escolar (IRE), verifica-se que 47% dos internos já repetiram mais de uma vez o ano escolar. Esse índice é duas vezes menor na escola, onde apenas 21% dos alunos repetiram mais de uma vez. Ainda na escola, 42% dos alunos informou que nunca repetiu, em contrapartida, nos internos, cujo valor cai para 23% daqueles que nunca repetiram.

É possível dizer-se, então, sabendo-se que a escola, o ensino e o estímulo deles decorrentes, enquanto fator de proteção à exposição dos adolescentes à situações de risco, mostra-se presente em quase metade dos alunos, ao contrário dos internos, que, pelo índice de (re)repetência estão mais expostos a fatores de risco.

Nesse aspecto, a repetência, como processo desestimulador para o aprendizado e o ensino, atinge diretamente a auto-estima do jovem, provocando desvalor à imagem que faz de si próprio, impedindo, via de consequência, o progresso da formação educacional.

Quanto à relação de afetividade predominante (RA), tanto na escola quanto na FASERGS é sempre superior a 54% com a mãe, sendo que na FASERGS *nenhum* adolescente desenvolve sua melhor relação afetiva somente com o pai. Foram encontrados 30% dos internos que referiram possuir melhor relação afetiva com mais de uma pessoa, mas nenhum referiu tê-la unicamente com o pai.

No estabelecimento de confiança dos problemas (QC), verifica-se que 36% dos estudantes e 54% dos internos colocam a mãe como a pessoa que confiam. Pode-se concluir que, além da ausência paterna em 10% dos internos, os 90% restantes não estabelecem a melhor relação afetiva unicamente com o pai, o que contribui para as situações de risco. Daí emerge a aguda exposição desses jovens a fatores de risco, conquanto Trindade (p.166) já estimou “que a ausência da figura paterna produz um impacto de aproximadamente 19 vezes mais para a realização do desfecho” (delinqüência).

No que tange ao uso das substâncias ilícitas, verifica-se que, na medida em que o tipo de droga torna-se mais pesado (maconha, cocaína e “crack”), os percentuais vão se tornando mais discrepantes na comparação alunos-internos, ou seja, os adolescentes internos utilizam drogas mais pesadas e com maior freqüência. Vejamos.

A experimentação de maconha varia entre 14 a 17% nos alunos. Já na FASERGS o percentual não é inferior a 76%, ou seja, a experimentação é quatro vezes maior nos internos. Seguindo-se nessa escala, a experimentação de cocaína, que não chega a 10% na escola, atinge patamares entre 66 a 90% nos internos. Quanto ao “crack”, constata-se que menos de 10% do grupo do sexo masculino escolar experimentou a droga. Esse percentual varia entre 42 a 45% do internos de ambos os sexos.

A resposta positiva à experimentação de “crack” é ausente no grupo feminino escolar, contrastando com o significativo percentual de meninas internas que já experimentaram essa substância (42,86%).

Pertinente às relações sexuais dos adolescentes, os resultados revelaram que, de um modo geral, os jovens são motivados ao sexo também pela afetividade e atração, constituindo esse dado um fator de proteção a eles. Entretanto, no grupo dos infratores esse fator quase é anulado frente aos fatores de risco encontrados, quais sejam, a idade precoce de iniciação ao sexo (56% iniciou com menos de 14 anos); a prática sexual com pessoas que encontram pela primeira vez, inexistindo, assim, o verdadeiro envolvimento afetivo, bem como a variação de parceiros. Tudo isso indicando prática sexual desvinculada de relação de afeto.

A constatação da troca de parceiros sexuais (44% dos internos tiveram mais de 10 parceiros) é reveladora que nesse grupo a prática sexual está dissociada das relações de afeto. O que não se constata no grupo escolar, uma vez que nenhum dos alunos manteve relação com mais de 10 parceiros. Dos internos, 44% afirmou já ter mantido relações com mais de 10 pessoas. Dentre os alunos, nenhum afirmou a experiência com mais de 10 pessoas.

A não-utilização de preservativos nas relações sexuais atinge 80% dos internos, considerando que somente 20% sempre utilizam camisinha. Já, na escola, 73% dos alunos sempre usam preservativos.

Esse resultado informa que os internos estão 3 vezes mais expostos a esse fator de risco (prática sexual sem proteção). Não é por outra razão que no grupo dos internos verifica-se que 26% já contraíram DST, índice 4 vezes superior ao que foi encontrado no âmbito escolar (6%).

Portanto, da confluência desses resultados, emerge que a não-utilização de proteção na prática sexual como fator de risco potencializa o sucesso do evento, materializando-se a situação de risco em dano à saúde pela aquisição de dst. Daí a conclusão de que os internos estão 4 vezes mais expostos a essa situação de risco.

Como se vê, a exposição a fatores de risco parece ser importante para a prática de atos infracionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da formação do homem, a problemática sexual ganha relevo, notadamente se cotejada com as relações de afeto (ou de não-afeto). Freud já estabeleceu em seus postulados que o complexo de Édipo tem grande relevância na construção da personalidade humana, daí a importância de se perquirir sobre a influência do afeto na prática sexual e eventual exposição a fatores de risco que dissociação entre um e outro pode ocasionar.

Nesse caminho do desenvolvimento, os chamados fatores de risco a que as crianças e os adolescente eventualmente ficam expostos exercem influência importante na boa ou má formação do ser. Em razão disto, buscou-se explorar a desvinculação entre afetividade e sexo, visando a identificá-la (ou não) como fator de risco na adolescência ou mesmo como facilitadora de outros fatores de risco.

Pelas respostas obtidas com o instrumento de pesquisa, observa-se que em 21% dos internos os parceiros sexuais são pessoas que encontraram pela primeira vez, dado que revela a inexistência ou precariedade de vinculação do sexo com afetividade, situação não encontrada nos alunos (0%). Em reforço, na comparação com os alunos (0%), os internos apresentam alta rotatividade de parceiros sexuais (44% já tiveram mais de 10 parceiros). Esses achados estão a demonstrar que a ruptura do afeto nas relações sexuais caracteriza-se como situação de risco, porquanto presente em significativo percentual nos adolescentes autores de condutas anti-sociais.

A dissociação entre afeto e prática sexual, encontrada nos adolescentes internos, acaba por gerar ou potencializar outro fator de risco, qual seja, a exposição às doenças sexualmente transmissíveis. Isso emerge das seguintes constatações: (a) 80% dos internos *não usam* preservativo nas relações sexuais; (b) somente 20% *sempre usam* preservativo. No contraponto com os adolescentes não-internos, tem-se que 73% *sempre usam*. A consequência nefasta daí decorrente é previsível, conquanto 26% dos internos já contraíram doenças sexualmente transmissíveis, índice *quatro vezes superior* ao encontrado nos alunos (6%). Portanto, jovens que relacionam sexo com afetividade apresentam menor risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis.

No que pertine ao uso de drogas como fator de risco, a distinção se dá em relação às ilícitas, pois o álcool é utilizado paritariamente por ambos os grupos (47% no grupo escolar versus 53% no grupo interno).

Dentre as ilícitas, a experimentação de maconha entre os alunos da escola pública não ultrapassa 17%. Em situação diametralmente oposta, tem-se que entre os infratores o percentual não é inferior a 76%.

Com relação às drogas mais pesadas, verificou-se que a experimentação de cocaína e “crack” não chega a 10% dentre os adolescentes não-infratores. Em contrapartida, os jovens que cumprem medida de internação apresentaram percentual elevado, alcançando 90% para cocaína e 45% para o “crack”.

Digno de nota é o fato de que a experimentação de “crack” é inexistente entre as adolescentes estudantes e muito baixo o índice no grupo das internas (menos de 10%). Esse dado, embora não se tenha aprofundado a investigação para apurar o porquê, está a desnudar que o “crack” é uma droga eminentemente masculina, ou, pelo menos, da preferência masculina.

Outro dado que causa perplexidade é o grande número de internos que permanecem utilizando drogas no interior da instituição (44%); quando apenas 14% dos adolescentes alunos também estão expostos a mais esse fator de risco potencializador. Ora justamente aquele grupo – o dos internos – que teoricamente não teria acesso, é o que com mais frequência faz uso de substâncias estupefacientes.

Ainda, o estudo exploratório revelou que *adolescentes infratores possuem maior carência nas relações de afeto em comparação com os não-infratores*. Os dados que ilustram essa assertiva compõem-se dos seguintes achados entre o grupo dos internos na FASERGS: (a) 10% não tem pai (3% na escola); (b) dos 43 investigados, 23 já foram vítimas de agressão (apenas 10 dos 38 alunos – mais do que o dobro); (c) 21% dos internos já participaram de gangues (8% dos alunos – duas vezes e meia mais); (d) 47% já repetiu mais de uma vez (21% dos alunos – duas vezes mais) e apenas 23% nunca repetiu de ano (42% dos alunos nunca repetiu); (e) somente 15 sentem-se felizes a maior parte do dia (ao contrário, 30 alunos apresentam esse estado de espírito); (f) 25 mostram-se depressivos na maior parte do dia (apenas 08 na escola); (g) 60% já pensaram em suicídio (o que é o dobro do encontrado nos alunos – 31%).

Na relação sexual, a dissociação do afeto parece não constituir causa determinante das situações de risco, mas apresenta-se como concausa potencializadora, advinda do chamado abandono moral nas primeiras relações do indivíduo, seja na família, no âmbito escolar, nos amigos, enfim, o sexo desvinculado de afeto é fator de risco ao qual se expõe o adolescente.

Por tudo isso, sábios foram os legisladores constituintes e estatutários ao adotar a doutrina da proteção integral para a justa adequação da conflituosidade gerada pelas condutas infracionais. Com efeito, essa doutrina ainda é a que melhor enxerga a problemática, possuindo em seu arcabouço interdisciplinar o caminho mais efetivo para a prevenção e tratamento da delinquência juvenil, que necessita de ações concretas que visem, além da proteção jurídica dos direitos da infância e juventude, a crescer esse viés preventivo e integrador, como ingrediente construtivo, na formação desses futuros cidadãos, em uma perspectiva de se indentificar “...al lugar y a la función de la juventud dentro del ciclo de la vida humana em toda su relatividad histórica y respecto al papel decisivo de la infancia dentro del cambio histórico”, conforme a visão eriksoniana.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P.; Luckmann, T. *A Construção Social da Realidade*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOFF, L. *O Despertar da Águia*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- BRASIL, L. S. *Mudanças no Comportamento Sexual do Adolescente Decorrentes do Surgimento da SIDA no Contexto Social*. [s.l.]: [s.ed.], [s.d.].
- CASTELLAR, C; Freitas, L. A. *Crise da Adolescência. Visão Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- DAUNIS, R. *Jovens – Desenvolvimento e Identidade. Troca de Perspectiva na Psicologia da Educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.
- ERIKSON, E. H. *Identidade-Juventude e Crise*. Traduzido por Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- . *Sociedad Y Adolescencia*. 12ª ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1989.
- FERREIRA, B. W. *O Cotidiano do Adolescente*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- JEOLÁS, L. S. *Evolução da Sexualidade no Adolescente*. Paraná: Universidade Estadual de Londrina, 1995.
- KAPLAN, H. L.; Sadock, B. J. *Compêndio de Psiquiatria*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1990, 1990.
- LIDZ, T. *A Pessoa – Seu Desenvolvimento Durante o Ciclo Vital*. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1983.
- MORIN, E. *O Método. 5. A Humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MOSQUEIRA, J. J. M. *Adolescência e Prevenção – A Auto-Estima no Adolescente*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- MUSSEN, P. H. et al. *Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. São Paulo: Habras, 2001.
- RIZZINI, I. *Assistência à Infância no Brasil – Uma Análise de sua Construção*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.
- SOUZA, R. P. *Nossos Adolescentes*. 2.ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.
- TRINDADE, J. *Delinquência Juvenil. Compêndio Transdisciplinar*. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2002.
- ZAGURY, T. *O Adolescente por Ele Mesmo*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.